

Superior Tribunal de Justiça

EDcl no PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA Nº 2.378 - SP (2019/0306941-7)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
EMBARGANTE : LUIZ CARLOS RUSSI
ADVOGADOS : CARLOS ELY ELUF - SP023437
FLÁVIA MARINO FRANÇA - SP149202
MARCO AURELIO FREITAS DE LIMA E OUTRO(S) - SP298949
EMBARGADO : MARIA JÚLIA CHIOATERO
REPR. POR : DONADIO MATTEO - INVENTARIANTE
ADVOGADOS : ROBERTO TEIXEIRA - SP022823
RONALDO CHRISTINO FIGUEIREDO - SP016613
CRISTIANO ZANIN MARTINS E OUTRO(S) - SP172730
OUTRO NOME : MATTEO DONADIO

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO A RECURSO ESPECIAL AINDA PENDENTE DE JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE. SITUAÇÃO EXCEPCIONAL NÃO CONFIGURADA. AUSÊNCIA DA PLAUSIBILIDADE DO DIREITO INVOCADO. OMISSÃO DA DECISÃO EMBARGADA NÃO CONFIGURADA. EMBARGOS REJEITADOS.

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por Luiz Carlos Russi à decisão de fls. 474-479 (e-STJ), que indeferiu o pedido liminar na presente tutela de urgência, ante a ausência de situação de flagrante ilegalidade ou teratologia, bem como de plausibilidade do direito invocado, a ensejar a atribuição de efeito suspensivo ao recurso especial, ainda pendente de juízo de admissibilidade.

Alega o embargante a existência de omissão no julgado, pois, muito embora tenha sustentado que, "para se conferir legalização a um documento público estrangeiro no Brasil, há necessidade da chancela consular brasileira, ou, nos termos do Decreto n. 8.660, a aposição da apostila definida no art. 4º do referido instrumento normativo, a parte dispositiva considerou, tão somente, que teria sido alegado que o documento estrangeiro só poderia ser considerado válido se estivesse acompanhado da chancela consular, quando, na verdade,

Superior Tribunal de Justiça

poderia estar acompanhado da mencionada apostila apostada pela própria autoridade estrangeira" (e-STJ, fls. 482-483). Ou seja, o que o ora recorrente considerou necessário foi proceder à legalização pela autoridade consular brasileira, ou ao apostilamento pela autoridade estrangeira.

Todavia, alinhando-se ao que asseverou o Tribunal de origem, a decisão ora impugnada considerou idônea a documentação apresentada pelo herdeiro Giulio Ascioti, por entender desnecessária a legalização consular brasileira, mas nada disse a respeito da necessidade do apostilamento, como argumentado pelo ora embargante, previsto no art. 4º do Decreto n. 8.660, o que confira omissão do julgado.

Ressalta que "a Convenção de Haia, da forma como regulamentada no Brasil, por meio do aludido decreto, a despeito de haver internalizado a desburocratização da validade de documentos estrangeiros, não aboliu completamente a necessidade de 'certificação de legalidade'; na verdade, simplificou o processo, por meio do referido apostilamento, o que não é sinônimo de extinguir qualquer exigência, sob pena de haver burla e se conferir validade a documentos inquinados por fraude, falsificações e outras ilegalidades" (e-STJ, fl. 483).

Foi apresentada impugnação às fls. 488-510 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

Cuidam os autos originários do inventário de Maria Julia Chioatero, falecida em 10/11/1999. Deferida a habilitação dos únicos herdeiros da *de cujus*, seus sobrinhos, Donadio Matteo e Giulia Chinini Donadio, foi o primeiro nomeado para o cargo de inventariante.

Ambos os herdeiros outorgaram ao advogado Ronaldo Christino Figueiredo procuração com poderes gerais para o foro e outros específicos, inclusive para transferir em seu nome os direitos hereditários decorrentes do referido inventário. Ato contínuo, foi lavrada Escritura Pública de Cessão de Direitos Hereditários homologada pelo Juízo de primeiro grau, sendo que, na sequência, tomou-se conhecimento de que a herdeira Giulia Chinini

Superior Tribunal de Justiça

Donadio havia falecido.

Diante desses fatos, o advogado/mandatário, Ronaldo Christino Figueiredo, diligenciou junto ao único herdeiro de Giulia Chinini Donadio, o Sr. Giulio Ascioti, que o constituiu patrono, tendo apresentado nos autos: **a)** cópia da “Procura Especial” lavrada em Roma/Itália, em cartório, devidamente consularizada pelo Consulado Geral do Brasil em Roma; e **b)** a mesma procuração em tradução juramentada por tradutor oficial, devidamente inscrito nos órgãos públicos, Sr. Giovanni Battista Miazzi, intitulada “Procuração Especial”.

Em tais documentos, o Sr. Giulio Ascioti, na qualidade de único herdeiro necessário de Giulia Chinini Donadio, também constituiu o patrono Ronaldo Christino Figueiredo como seu procurador, outorgando poderes amplos gerais e irrestritos, para o foro em geral, assim como para ceder, doar, dar em pagamento ou qualquer outra forma, todos os direitos hereditários que possui em relação à referida sucessão, o que possibilitou a ratificação do termo de cessão de direitos hereditários celebrado por Giulia Chinini Donadio e Donatio Matteo em favor de C.A.O. Construções e Administração de Obras Ltda. e outros, por meio de escritura pública, referente a imóvel situado na Alameda Casa Branca, n. 1008, na cidade de São Paulo, o qual é reivindicado pelo ora embargante por meio de ação de usucapião.

Contra a decisão do Juízo do inventário de Maria Julia Chioatero que considerou suficiente a documentação apresentada por Donadio Matteo para fins de comprovação de que Giulio Ascioti seria o único herdeiro de Giulia Chinini Donadio, o ora embargante interpôs agravo de instrumento, o qual foi desprovido pelo TJSP, por acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 299):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. Ação de inventário. Recurso contra decisão que reconhece a validade de documentos apresentados para comprovação da qualidade de herdeiro. Agravante que figura como terceiro interessado em razão da cessão de direitos de imóvel da qual é possuidor. Contrato firmado por herdeiros de nacionalidade estrangeira. Documentos apresentados que são suficientes para comprovação da qualidade de herdeiro, pois devidamente emitidos por órgão oficial.

Recurso não provido.

Irresignado, o ora embargante interpôs recurso especial, com fundamento em

Superior Tribunal de Justiça

ambas as alíneas do permissivo constitucional, alegando, além de dissídio jurisprudencial, violação dos arts. 3º e 4º do Decreto n. 8.660/2016, sustentando, em síntese, que, a fim de cumprir a formalidade exigida para atestar a autenticidade da assinatura, o documento estrangeiro deve vir acompanhado da aposição da apostila definida no art. 4º do mesmo instrumento normativo.

Conforme assinalado na decisão embargada, apenas em situações excepcionais admite-se que o pedido de tutela provisória seja feito diretamente neste Superior Tribunal de Justiça, antes de efetuado o juízo de admissibilidade, a fim de resguardar direito da parte que tenha sido contraditado por decisão manifestamente contrária à orientação jurisprudencial firmada no âmbito desta Corte (RCD na PET no TP n. 920/RJ, Relator o Ministro Luis Felipe Salomão, DJe de 6/11/2017).

Ocorre que, no caso, a tese veiculada no recurso especial, pelo que se pode depreender de suas razões, centra-se na alegação de que a legalização de documentos públicos produzidos no exterior dependeria de prévia regularização perante o Consulado do Brasil na Itália. A questão recebeu por parte do Tribunal estadual a seguinte solução (e-STJ, fls. 301-302 - sem grifo no original):

Em que pese os argumentos trazidos pelo agravante, a solução dada pela sentença deve ser mantida. Pela documentação acostada aos autos verifica-se que Giulio Ascioti outorgou procuração com poderes especiais para o advogado Ronaldo Christino Figueiredo para ceder, doar, dar em pagamento ou qualquer forma, todos os direitos hereditários que possui em relação à sucessão. Tal documento fora devidamente regularizado perante a autoridade consular brasileira.

Após determinado pelo juízo, o herdeiro Giulio apresentou cópias da declaração de sucessão, com a relação de bens, bem como a certidão de óbito de Giulia. Todos com tradução juramentada por tradutor oficial, devidamente inscrito nos órgãos públicos (fls. 83/122). O que permite concluir que todos os elementos e documentos necessários foram apresentados, verificados e validados pelas autoridades e cartórios públicos extrajudiciais que os emite.

Exigir a consularização de todos os documentos contraria a celeridade e vai na contramão de acordos internacionais de colaboração dos quais o Brasil é signatário. Sobre o tema, por meio do Decreto nº 8.660 que promulga a Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros o Brasil facilita e agiliza o trâmite de documentos estrangeiros, minimizando os custos a todos os cidadãos que necessitem fazer valer seus direitos e dependam

de uma medida no exterior ou que precisem exercer direitos no Brasil por meio desses documentos. De acordo com o Ministério da Justiça, ao adotar a chamada legalização única, o país permitirá que um documento público nacional seja reconhecido por todos os países em que a Convenção esteja em vigor, sendo a Itália um destes.

Portanto, considerando que todos os documentos necessários para a comprovação da sucessão foram apresentados não devem ser impostos maiores óbices ou burocracias para o andamento do processo de inventário.

Eventuais irregularidades na cessão de direitos podem ser discutidas em ação autônoma de anulação de negócio jurídico ajuizada pelo autor.

Há que se ressaltar que, na hipótese, o próprio juízo de valor realizado pela Câmara julgadora acerca da idoneidade da documentação apresentada para o fim colimado decorre da análise das peculiaridades do caso, cujo reexame é vedado em âmbito de recurso especial, ante o óbice da Súmula 7 deste Tribunal.

No que se refere à alegada omissão da decisão embargada, a respeito da necessidade do apostilamento, nos termos do que dispõe o art. 4º do Decreto n. 8.660/2016, trata-se de questão que não foi objeto de deliberação no acórdão recorrido, ressentindo-se o recurso especial, no ponto, do indispensável prequestionamento (Súmulas 282 e 356/STF).

Desse modo, não havendo situação de flagrante ilegalidade ou teratologia, bem como de plausibilidade do direito invocado, a ensejar a atribuição do efeito suspensivo almejado, ao menos neste juízo perfunctório, que não deve ser interpretado como antecipação do julgamento do mérito, o indeferimento de plano do pedido foi a medida que se mostrou mais adequada.

Com efeito, os embargos de declaração possuem índole particular e fundamentação vinculada, cujo objetivo é a declaração do verdadeiro sentido de uma decisão eivada de obscuridade, contradição, omissão ou erro material, nos termos do que dispõe o art. 1.022, I, II e III, do CPC/2015.

Logo, a excepcional atribuição de efeito modificativo ao julgado, por meio do acolhimento dos embargos declaratórios, depende da configuração de alguma das hipóteses

previstas no referido dispositivo legal, o que não se verifica na hipótese.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 1.022, I, II E III, DO CPC/2015. OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO, OMISSÃO OU ERRO MATERIAL. INEXISTÊNCIA. PRINCÍPIOS E NORMAS CONSTITUCIONAIS. PREQUESTIONAMENTO. DESCABIMENTO NA INSTÂNCIA ESPECIAL. EMBARGOS REJEITADOS. CARÁTER PROTETATÓRIO. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.026, § 2º, DO CPC/2015.

1. Os embargos de declaração, a teor das disposições do art. 1.022, I, II e III, do CPC/2015, destinam-se, precipuamente, a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão ou corrigir erro material que porventura tenha ocorrido na decisão judicial.

2. Pronuncia-se a inexistência dos pressupostos da via recursal integrativa quando o acórdão embargado não incide em nenhum dos vícios previstos no art. 1.022 do CPC/2015 nem carece de fundamentação por qualquer das condutas descritas no art. 489, § 1º, do mesmo diploma.

3. Não cabe, na estreita via da instância especial, intervir em matéria da competência do Supremo Tribunal Federal, ainda que para prequestionar princípios e normas constitucionais, sob pena de contrariedade das rígidas atribuições jurisdicionais fixadas na Carta Magna.

4. Em face do caráter manifestamente protetatório dos embargos, aplica-se a multa de 2% (um por cento) prevista no art. 1.026, § 2º, do CPC/2015, que deverá incidir sobre o valor da causa atualizado.

5. Embargos de declaração rejeitados com a imposição de multa. (EDcl nos EDcl no REsp n. 1.428.903/PE, Relator o Ministro João Otávio de Noronha, Terceira Turma, DJe de 25/8/2016);

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA. INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE CUMULADA COM PETIÇÃO DE HERANÇA. DECADÊNCIA. INÉPCIA DA INICIAL. ENFRENTAMENTO EXPRESSO DE TODAS AS QUESTÕES DO RECURSO ESPECIAL. OMISSÕES INEXISTENTES.

1. Nos termos do art. 1.022 do NCPC, os embargos de declaração destinam-se apenas a esclarecer obscuridade ou eliminar contradições, suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento da parte e corrigir erro material.

2. Inexistência de qualquer vício a fazer acolhido os aclaratórios, estando presente apenas o intuito de revisão do entendimento manifestado por este STJ.

3. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

(EDcl no AgRg no REsp n. 1.426.981/SC, Relator o Ministro Paulo de

Superior Tribunal de Justiça

Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe de 1º/6/2016).

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se.

Brasília, 21 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

